

DESCRENÇA E DIVERSIDADE NA MODERNIDADE: PIERRE BAYLE E A EXISTÊNCIA DE POVOS ATEUS

Marcelo de Sant'Anna Alves Primo

Resumo: Longe de receber os récits de Voyage sem um filtro que permita não aceitar à lettre tudo o que foi escrito dos povos ditos “selvagens”, Pierre Bayle vale-se desses escritos para questionar a veracidade do consentimento universal entre os povos sobre a existência dos deuses e de sua necessidade para a conservação das sociedades. Essas fontes literárias, históricas e antropológicas desempenharam um grande papel nos escritos de Bayle. Assim, os récits lhe permitiram ultrapassar a posição teórica em seus trabalhos anteriores para uma amparada em exemplos históricos posteriormente. Através deles, Bayle conseguiu não somente aventar a possibilidade de outros tipos e formas de sociedades dessacralizadas mas de mostrar a diversidade dos povos seja em relação às crenças, seja em relação à descrença.

Palavras-chave: Bayle; Modernidade; descrença; diversidade.

Abstract: Far from receiving the récits de Voyage without a filter that would allow him not to accept à la lettre everything that was written about the so-called "savage" peoples, Pierre Bayle uses these writings to question the veracity of universal consent among peoples on the existence of gods and its necessity for the conservation of societies. These literary, historical, and anthropological sources played a large role in Bayle's writings. Thus, the récits allowed him to go beyond the theoretical position in his previous works to a later one based on historical examples. Through them, Bayle managed not only to suggest the possibility of other types and forms of desacralized societies, but also to show the diversity of peoples, whether in relation to beliefs or in relation to disbelief.

Keywords: Bayle; Modernity; disbelief; diversity.

Bayle, à luz de sua crítica ao *consensus universalis*, examinará se todos os povos realmente consentiram se existe um deus. Ou em outros termos, verificará se o reconhecimento de uma divindade pela pluralidade das vozes é uma prova irrefutável de sua

existência. Sem dúvida, à esteira de Montaigne e seu capítulo clássico sobre o modo de vida dos canibais no segundo volume de seus *Ensaio*s, a reflexão de Bayle é uma crítica absoluta ao eurocentrismo e à pretensa universalidade da religião e dos costumes cristãos.⁴⁷ Para ele, os povos ateus ultrapassam o *status* de pura hipótese, e passam a ser considerados com mais seriedade, uma vez que a abundância de relatos de viagem no século XVII dá o amparo necessário para poder desenvolver a sua tese, lançando mão de uma estratégia de relativização das perspectivas a respeito dos habitantes de continentes recém-descobertos.⁴⁸

Entretanto, Bayle admite que é uma questão difícil e ele o diz na *Réponse aux questions d'un provincial*, respondendo a uma objeção de Jacques Bernard:

É entender que Sr. Bayle tomou por certo o que eles continham [os relatos de viagens] no tocante ao Ateísmo de diversos povos; mais se vê o contrário em sua disputa contra o argumento em questão; porque ele não supõe que o Sr. Fabrício⁴⁹, que discordou contra a evidência desses viajantes, se engane; ele conclui somente que o conflito dos Escritores, os quais asseguram que existem Povos Ateus e os outros o negam, forma um problema que é preciso esclarecer antes de determinar. (OD⁵⁰ III[RQP], p. 695a.)

Bayle não tomando nenhuma posição antes de verificar suas possibilidades, em uma questão tão delicada como a da existência de povos ateus não poderia ser diferente. O conflito existente entre os relatos sobre os costumes, crenças e organização social dos habitantes de outras partes do globo só mostra o quão é difícil se ater a uma opinião tradicional quanto à sua inexistência. Se Bayle não aceita de antemão os relatos favoráveis ao fato de que entre os

⁴⁷ Ver a respeito o precioso livro de Joy Charnley, *Pierre Bayle reader of travel literature*. Berne: Peter Lang, 1998.

⁴⁸ Cf. DELPLA, I. “Bayle- Le paradoxe de l'athée citoyen”. In: CATTI ;N; JAFFRO, L.; PETIT, A.(éd.) *Figures du théologico-politique*. Paris: Vrin, 1999. Contudo, não é pelo fato de Bayle estar muito atento a esses relatos de viagens que ele vai aceitá-los acriticamente: “Esse exercício de antropologia racional visa, na intenção ao menos, a evitar as duas armadilhas que seriam a credulidade nos fatos relatados e a construção de uma antropologia *a priori* e dedutiva que seria somente a projeção de nossos preconceitos. Concernente ao primeiro ponto, Bayle exprime uma distância crítica dos relatos de viagem, a qual não hesita em sublinhar as contradições quando possível, precisando que não recorre aí como fatos indiscutíveis, mas somente para introduzir a dúvida sobre o liame intrínseco entre religião e sociedade.” (p. 135) Ver também RACAULT, Jean-Michel. “Voyages et utopies”, in: DEMON, Jean- Charles/DELON, Michel. *Histoire de la France littéraire: classicismes XVIIe et XVIIIe*. Paris: PUF, 2006: “Antes mesmo da 'crise da consciência europeia' diagnosticada por Paul Hazard opera-se uma tomada em questão dos valores filosóficos, religiosos, sociais, políticos das sociedades europeias pela abertura ao Alhures e ao que ele implica: uma aceitação relativista da diversidade dos costumes, das leis, dos governos, das crenças, substituindo a inencontrável verdade pela infinita diversidade das verdades locais” (p. 298.).

⁴⁹ Johann Ludwig Fabricius (Jean-Louis Fabricius [1632-1696]), teólogo calvinista suíço e professor de teologia em Heidelberg.

⁵⁰ As siglas OD, CPD e RQP correspondem respectivamente à *Oeuvres Diverses, Continuation des pensées diverses* e *Réponse aux questions d'un provincial*, a numeração em algarismos romanos que as acompanham correspondem ao tomo específico das OD de Bayle em que estão e as letras junto à numeração das páginas correspondem às colunas do texto nas quais estão dispostas. Doravante, as siglas supracitadas serão adotadas em todas as citações.

povos selvagens que simplesmente não conheciam a noção de divindade haveria uma possibilidade rudimentar dentre eles de um *minimum* de coesão social, também não vai aceitar observações oriundas de opiniões temerárias do que sejam esses povos, já que os que negam sua existência não o comprovaram *in loco*. É por meio da dúvida que se instaura e se aprofunda o debate: se o preconceito europeu dava o tom da descrição exótica entendendo que era selvagem tudo que estava além de sua jurisdição, sob a pena de Bayle bárbara seria mais a maneira de como certos autores heterodoxos tratavam a questão, perdendo-se pelas veredas de uma antropologia *a priori*, omitindo e distorcendo fatos para seu ganho de causa.⁵¹ Se Bayle não perde a oportunidade de ridicularizar os preconceitos proferidos por seus opositores, é porque “toda informação provém dele com o objetivo de atacar a Europa e os preconceitos europeus” (CHARNLEY, 1996, p. 12.)

Contudo, antes de chegar a considerações de caráter antropológico, a questão já estava posta na *Continuation*, isto é, Bayle tratará de investigar se o consentimento dos povos em reconhecer uma divindade é garantia certa de sua existência (*OD*, III[*CPD*], §5). Nessa relação supostamente lógica entre uma maioria assentir sobre algo e daí deduzir a sua certeza, Bayle vai na direção contrária: é justamente no que não se pode acreditar, isto é, não é possível instituir um *criterium veritatis* tomando como parâmetro o sufrágio das opiniões gerais, uma vez que as mesmas dispensam o mais importante em um debate, a saber, um exame rigoroso dos argumentos adversários por meio de razões e provas empíricas e, conseqüentemente, um exame mais acurado de seus próprios argumentos. Adotar o consenso imposto pela pluralidade das vozes é o pior caminho para se chegar à verdade, ou ao menos esclarecer o quanto de falácia estão impregnadas determinadas premissas argumentativas, visando unicamente ao convencimento do interlocutor e que consideram como dispensáveis a necessidade de provas concretas.⁵²

⁵¹ Segundo Bayle, mesmo sob a hipótese de que seria vantajoso à ortodoxia que um viajante mencionasse que existiram povos que mantiveram a noção de um deus, ele faria o mesmo se tivesse encontrado povos ateus. O que está em jogo é a imparcialidade dos relatos: “Um viajante que será persuadido que é necessário ou vantajoso à ortodoxia que as nações mais ignorantes & as mais brutais tenham conservado a ideia de Deus, não fara ele um escrúpulo de inserir em seus relatos que encontrou povos Ateus? Fará ele um escrúpulo de alterar a verdade por uma mentira oficiosa ou por uma fraude piedosa?” (*OD*, III [*RQP* II] p. 695b.)

⁵² “Mas não é de se temer, disseste-me, que dada a liberdade de preferir às opiniões gerais o sentimento de alguns particulares, não se obtém uma boa prova da existência de Deus, isto é, ao argumento que fundamos que todos os povos da terra reconhecem a divindade? É aí, Senhor, vosso principal escrúpulo. Tratar-vos-ei de curá-lo e aí me aplicarei tão mais cuidadosamente, que eu o vejo-vos mais alarmado como se Aníbal estivesse às portas” (*OD*, III[*CPD*], p. 195b.)

Uma questão é levantada por Bayle: para ser legítimo o argumento da onipresença da ideia de deus entre os homens em todos os momentos da história é necessário “conhecer todas as nações do mundo.” (OD III[CPD], p. 196a) Diante dessa impossibilidade, surge uma outra, a saber, não seria suficiente saber se todos os povos detinham o conhecimento de uma divindade, e sim demonstrar se somente existiram esses mesmos povos conhecedores dessa ideia sobre a terra. (*Id. Ibid.*). Segundo Bayle isso não passaria de uma ilusão, pois somente bastaria um exemplo contrário para fazer desmoronar a tese adversária:

Logo, é do que Veleio⁵³ não podia estar seguro, & e se ele tinha acreditado, estaria em uma ilusão pueril. Os Romanos só conheciam uma pequena parte do mundo habitável, & hoje mesmo após tantas descobertas no Oriente e no Ocidente, quanto há de povos os quais ignoramos as leis & os costumes? Se Cotta⁵⁴ tivesse alegado dois exemplos de nações Ateias, uma na Espanha, a outra na África, ele teria derrubado o raciocínio de seu adversário. (OD III[CPD], p. 196b).

Conforme a passagem citada, não precisa muito para refutar solidamente as premissas dos defensores do consentimento universal. Um único exemplo concreto, que o interlocutor não cita, mas Bayle cita diversos exemplos, faria com que a legitimidade do argumento inatista sofresse um duro golpe à medida que desconsidera provas de cunho empírico que possam comprometer seu estatuto de verdade. A indagação a respeito de quantos povos eram desconhecidos na época de Bayle mostra o desconhecimento e os limites de um eurocentrismo propagador de valores religiosos, sociais e políticos bastante questionáveis, desprezando toda uma documentação que mostra o contrário do que eles pensavam acerca dos povos não-europeus.⁵⁵ Bayle vale-se da ironia para descreditar de vez os argumentos de seus adversários:

Porque se ele [Cotta] encontrasse povos que só tivessem um olho, & que o tivessem no meio da frente, como disseram dos Ciclopes, poder-se-ia somente pretender que ter dois olhos seja uma propriedade que emana necessariamente da natureza do homem, & pode ser mesmo que bastaria para refutar essa pretensão, que nasce de tempos em tempos em diversos países do mundo alguns Ciclopes. Vejais então que Veleio não batia com pedra e cal: tinha contra ele alguns particulares que Cotta lhe articulava, & e pôde contradizê-lo pelo exemplo de algumas nações inteiras. Os relatos desses últimos tempos fornecem uma quantidade de outros exemplos. Jean de Leri⁵⁶ não é o único que tem falado de certos povos Ateus (OD III[CPD], p. 196b.)

Um único episódio que se oponha a argumentações tidas como perenes e não suscetíveis de retorsão desvalida toda a sua lógica. Se há proposições de evidência inegável,

⁵³ Marco Veleio Patérculo, historiador do império romano, soldado e senador.

⁵⁴ Caio Aurélio Cotta, um dos personagens do escrito *De natura deorum*, de Cícero.

⁵⁵ Neste sentido, Bayle está na direção contrária, sendo um verdadeiro “promotor” dos *récits* de viagens. Nas palavras de Charnley: Fatos *versus* Religião, experiência *versus* autoridade, a separação de fé e moralidade, crença no progresso e métodos comparativos, o abalo da certeza em um mundo já não fixo, todas essas eram as mensagens transmitidas pelos *récits* e promovidas pelos filósofos” (1998, p. 16).

⁵⁶ Cf. o verbete dedicado a ele no *Dictionnaire historique et critique*.

como, por exemplo, o todo é maior que a sua parte ou todos os homens almejam ser felizes, não é preciso temer que o que foi descoberto em outras partes do mundo contradiga tais axiomas, pois isso pode ser proferido “sem temeridade, ainda que não se tenha feito nenhuma viagem”(Id. *Ibid.*) Contudo, por mais evidência que um axioma possua, sua certeza deveria ser questionada e, por conseguinte, abandonada, quando “descobrissem em algum canto da terra um todo menor que a sua parte, & alguns homens que amariam seu infortúnio enquanto infortúnio” (*OD*, III[*CPD*], p. 196b). Isso significa que uma proposição afirmada em seu caráter geral não possui per se evidência alguma, uma vez que sempre será refutada pela experiência.⁵⁷

Segundo Bayle, os povos que viviam sem a ideia de um deus jamais tiveram religião devido à impossibilidade de um povo inteiro passar de tal situação ao ateísmo. A religião uma vez instaurada em uma nação, aí perdura para sempre por motivos de interesse seja pelo regozijo terreno ou espiritual:

Cotta poderia opor-lhe uma instância que o incomodaria. Um e outro ignoravam o que a palavra de Deus nos ensina sobre a origem do gênero humano. É porque Cotta poderia objetar a Veleio que os povos que viviam sem Deus na Espanha & na África jamais tiveram religião, pois não parecia possível de forma que um povo inteiro passe da religião ao Ateísmo. A religião é uma coisa que sendo uma vez estabelecida em um país, aí deve durar eternamente. Atêm-se aí por motivos de interesse, pela felicidade temporal & e pela felicidade eterna (*OD*, III[*CPD*], p. 197a.)

A primeira coisa é que, em seu estado original, tais nações eram ateias, uma vez que não tinham a menor ideia do que seria um deus, nem do que seria uma religião. A segunda coisa é que a religião, não sendo natural aos povos selvagens, só veio posteriormente, por meio de missões e expedições, com seu corpus de dogmas, crenças, costumes e rituais. O filósofo francês aponta para a dificuldade de toda uma nação passar de um estágio religioso ao ateísmo, justamente porque quando uma doutrina aparece e se estabelece, não há como mais retirá-la de um determinado lugar, devido à conformidade da religião com à mentalidade popular.⁵⁸ Contudo, eis uma questão: se a religião foi tão inoculada durante todas as épocas e lugares nas mentes e nos corações das pessoas, vale ressaltar que essa conformidade é

⁵⁷ Este é o erro no qual Veleio incorreu, isto é, não se aperceber que argumentações de cunho geral sempre serão submetidas à provas empíricas, neste caso, a história: “Veleio aqui não encontraria sua vantagem: a proposição que ele afirmava no sentido mais geral, não tem nela mesma a evidência dessas duas outras, & encontra-se desmentida pelos relatos dos historiadores” (*OD*, III[*CPD*], p. 196b.)

⁵⁸ Segundo Gianluca Mori, “diferentemente de Voltaire, Bayle não quer esmagar a infame. Ele crê que a religião é tão conforme à mentalidade dos homens, e notadamente do povo, que é impossível que uma nação inteira passe de uma religião (seja qual for) à incredulidade” (1999, p. 24).

posterior ao estabelecimento de uma religião e não anterior, como se a religião ou um sentimento religioso fosse parte constituinte da natureza humana. O próprio Bayle diz na *Réponse*:

Se a religião fosse um atributo essencial à espécie humana, não ter-se-ia necessidade nem de viagens, nem de relatos de viagens para poder dizer verdadeiramente que todos os povos do mundo reconhecem a divindade, sempre reconheceram & a reconhecerão sempre. Só precisaria, para estar bem seguro desta proposição universal, considerar a ideia que se tem do homem (*OD*, III [*RQP* II] p. 693b.)

Esta proposição nada tendo de universal não poderia escapar à crítica de Bayle em meio a tantas provas de seu oposto. Ora, se é inválida, como diz Mori, toda investida contra a religião para erradicá-la de uma vez por todas da esfera política e social, porque “ela pareceu útil aos políticos para conservar a ordem da sociedade” (1999, p. 24), parece-me que o problema se situa em outro plano: se Bayle reconhece que é impossível extinguir a religião da sociedade⁵⁹, em nada isso desvalida seu argumento inicial, a saber, que a religião e tampouco a ideia de deus são naturais à humanidade. O que importa é que o estágio inicial dos povos não era religioso e não possuía a concepção de divindade. A crítica do filósofo francês aqui não seria à religião institucionalmente com seus templos e igrejas, e sim à proposição que consiste e insiste ainda em defender que um sentimento religioso e toda concepção de deus seriam naturais ou inerentes à espécie humana. Em uma palavra, *não é* da essência, ou por definição, da humanidade ser religiosa.⁶⁰

Aparentemente concedendo a seus adversários, Bayle vai investigar a origem das religiões, isto é, qual foi o momento propício para que elas fossem estabelecidas, propagadas e cristalizadas entre os povos selvagens. Estando em seu estágio originário, o de desconhecimento da ideia de um deus, tais povos saíram de tal condição quando uma suposta providência divina fez com surgissem pessoas distintas por suas qualidades e capacidade de pregar, dando origem às repúblicas e formaram sábias leis. E, segundo Bayle,

⁵⁹ “De tais sentimentos que se nutre com o leite o espírito de uma nação nunca se afasta; eles podem modificar-se de diversas maneiras; quero dizer que se pode mudar de cerimônias ou de dogmas, seja pela veneração de um novo doutor, seja pelas ameaças de um Conquistador; mas elas não saberiam desaparecer completamente, visto que, sobretudo, as pessoas que querem forçar os povos em matéria de religião, não o fazem jamais para conduzi-las ao Ateísmo” (*OD* III[*CPD*], p. 197a) Ver também *Id. Ibid.*[*RQP* II], p. 703a.

⁶⁰ “Ver-se-ia claramente esta verdade, sem servir-se da indução, como aí se vê sem esta via que todos os homens são animais racionais. Mas, porque a religião é acidental à nossa espécie, como pareceria do que se supõe que um homem é privado de religião, não se deixa de conhecer que a essência, ou que a definição de homem convém-lhe ainda totalmente; não se pode estar assegurado sem se servir da indução, que todos os povos da terra dão seu consentimento à existência divina” (*OD* III[*RQP* II], p.693b.)

principalmente pela introdução do culto a uma divindade, foi possível fazer com que se interessassem pelas artes e pelas ciências:

Como então há povos que não admitem nenhuma divindade, é preciso concluir que estavam nesse estado desde sua primeira origem, & que eles jamais saíram desta antiga & bárbara condição a qual o gênero humano apodreceu, até que a Providência suscitasse algumas pessoas distintas por sua virtude & por seu espírito, que formaram repúblicas, & e ornaram-nas com belas leis. Seus cuidados civilizaram os homens selvagens, & deram-lhes um novo gosto pela introdução das artes & das ciências, & principalmente pela introdução do culto dos Deuses; mas alguns povos foram privados desta vantagem, seja que eles não tenham encontrado um hábil legislador, seja que sua estupidez feroz os tornou muito incapazes de cultura. É certo que se põe a religião entre as coisas que foram estabelecidas por aqueles que retiraram do estado selvagem o gênero humano. (OD III[CPD], p. 197a.)

Bayle mostra como se deu o processo de saída de um povo de sua condição inicial, a saber, ateu, para uma outra etapa, a da civilização, por meio de pessoas “eleitas” pelos deuses para a tarefa de elevarem os selvagens a um nível mais racional, fazendo com que abandonem seus costumes primevos. Se esses povos eram bárbaros, estando na pior condição do gênero humano, necessitando serem introduzidos nos domínios das ciências e das artes para cultivarem o gosto por ambas, Bayle vai no ponto crucial: o processo civilizatório teve como escopo principal estimular nos selvagens o culto aos deuses. Mesmo tendo exceções, ou seja, alguns desses povos não desenvolveram esse gosto por sua ignorância invencível ou pela ausência de um legislador que fosse capaz de fomentá-lo, seria hipoteticamente inquestionável que a religião teve papel fundamental para retirar esses povos de seu estado original. Mas se Bayle reduz as proposições de seus opositores a uma questão de fato, urgindo a necessidade de provar empiricamente que todos os homens possuem naturalmente a ideia de que há um deus, é aí que reside toda a dificuldade, pois tais princípios são incompatíveis com a experiência: “Mostrei-vos que eles se reduzem a um ponto de fato, que a experiência, o grande meio da decisão, lhe é contrário” (OD III[CPD], p. 197b.)

Segundo Bayle, a pluralidade das vozes não é evidente *per se*, podendo ser descartada ou aceita “quando se tem conhecimento do mundo, seja por ter viajado, seja por ter lido diversos relatos de viagens.”(OD, III[RQP II], p. 692a.) Constatando-se que em cada nação existe uma considerável quantidade de erros e que esses mesmos são encontrados em diversas nações, logo, é provável que todas elas possam estar mergulhadas no erro. Nesse sentido, “se a proposição a qual se trata não é evidente por ela mesma, tem a necessidade de ser provada.”(Id. *Ibid.*) Uma vez apresentada uma premissa que não seja evidente por si mesma, isto é, que falta clareza em sua cadeia de raciocínio e imaginando que somente sua conclusão

lógica dará conta de resolver um problema, ela necessitará de uma prova mais sólida. Bayle indagar-se-á como será essa prova, a saber, basta somente afirmar uma opinião já proferida por toda uma tradição ou é mister aplicar a via do exame?

Mas como a provarão? Será dizendo que uma coisa adotada por todos os povos é de uma tal proporção com a alma humana, que nós podemos discernir facilmente a verdadeira imagem & encontrar em nós bastante recursos para evitar toda sedução; de modo que nenhum dos motivos que fazem-nos errar sobre outras matérias, a falta de exame, a obscuridade dos objetos, a estupidez, cupidez, a credulidade, a prevenção & etc não podem aqui prejudicar-nos? Tudo isso é tão provável como o que alegar-se-ia para refutá-lo. Dirão então que, quando todos os povos creem em uma coisa, é um signo que ela está em nossa alma por ideias inatas? (*Id. Ibid.*, p.692ab).

Bayle descarta a concepção naturalista da certeza de uma opinião, isto é, o consentimento geral não é natural e sim adquirido e transmitido perpetuamente em um determinado contexto social, religioso e político. Por outro lado, se as opiniões comuns fossem a “voz da Natureza” não seria menos complicado valer-se desse argumento, pois a natureza humana não passa de um amálgama de corrupção, equívocos e vícios de toda espécie:

Dirão que as opiniões comuns a todos os povos só podem ser a voz da Natureza? Mas que se poderia ganhar por aí, visto que a natureza humana é um fundo tão corrompido, & uma fonte de tantos vícios & de tantos erros, que é mais provável concluir de que uma coisa enquanto ela seja falsa que ela é má, que concluir que é verdadeira, que é boa? Depois então que seria constante que é uma voz da Natureza, tratar-se-ia de examinar se é uma verdade ou um erro. É então inútil estabelecer que é uma voz da Natureza. (*OD*, III [*RQP* II] p. 692b).

O aspecto antropológico da questão de Bayle se mostra nessa passagem. Se naturalismo e inatismo tem alguma equivalência, consultando a experiência, tal equação é reduzida a nada perante a fonte inesgotável de vicissitudes que é a natureza humana. É somente um princípio vulnerável e sempre passível de ser desmentido, uma vez comparado a outras razões e a outros critérios empregados, sucumbindo aos próprios fatos. Se uma opinião entendida como algo que advenha da natureza fosse verdadeira, precisaria ser dito que sê-lo-ia não enquanto *vox natura*, mas algo absolutamente distinto, pois “se fosse um fundamento necessário da verdade, tudo que emana da natureza do homem seria bom e verdadeiro” (*OD* III[*RQP* II] p. 692b).

A proposição de uma existência divina inata e onipresente nos quatro cantos do globo só pode chegar à evidência por meio daqueles que deram a volta no globo terrestre, ou por aqueles que entendem como confiáveis o relato de autores que afirmaram que todas as nações possuem uma religião. Entretanto, muitos séculos se passaram e não foi possível constatar a

presença de uma religião em determinados povos, já que houve tempos que muitos povos selvagens passaram despercebidos por escritores e viajantes. Bayle atenta para as futuras descobertas a serem feitas em sua época, instaurando um ponto de dúvida na superada opinião da onipresença da religião em todas as nações, pois uma prova contundente ainda não foi apresentada:

Quantos séculos se passaram, a respeito dos quais não puderam testemunhar a Religião dos povos? Quantas nações existiram que, mesmo durante os séculos históricos não foram conhecidas de nenhum Escritor? Não resta ainda, após tantas descobertas no Ocidente & no Oriente muitos povos a descobrir? Sabe-se nada das terras Austrais? Então, não é possível fornecer uma boa prova desta proposição, *todos os povos da terra sempre acreditaram na Divindade.* (*Id. Ibid.*, p. 693a., itálicos de Bayle).

Relativizando a generalidade característica da pluralidade das vozes, Bayle exige provas de fato. Inúmeros *peuplades* sequer foram registrados pelos viajantes da época, não sendo possível inferir se sempre houve religião e crença em deuses nas mais diversas épocas históricas. As descobertas geográficas possibilitaram enxergar o quanto há de diversidade há para além de determinados domínios, mesmo à revelia de alguns autores mais conservadores, que mesmo sabendo dessas descobertas e de seu registro, ainda insistem na velha cantilena da existência universal de divindades. Bayle vai pôr à prova esse argumento: as possibilidades que podem ser objetadas por ambos os lados da questão não se equivalem, pois os que afirmam que jamais houve uma nação destituída da noção de divindade não atentam que sua posição não pode ser provada factualmente, como pode ser refutada por um caso único que seja (*OD III[RQP II]*, p. 693a). A necessidade de provar não está do lado de quem recusa, e sim de quem afirma:

Os que recusam seu consentimento [...], não têm necessidade de provar que há certas nações que ignoram Deus. Basta-lhes dizer que eles não estão seguros de que não tenha tais nações; mas aqueles que afirmam a tese de que se trata, são obrigados a mostrar positivamente & definitivamente que não há nenhuma nação no mundo destituída do conhecimento de Deus (*Id. Ibid.*)

O ceticismo perante assertivas que se passam por verdades inabaláveis lança o germe da incerteza acerca do que se está sendo proferido e não baseado em meras contra-provas verbais, isto é, em afirmações dogmáticas destituídas de fundamento. Uma vez questionada uma sentença, tal indagação exige da tese inicial que ela se confirme não somente em argumentos, mas em provas empíricas que façam com que ela se torne, ao menos, convincente. Segundo Bayle, eis o papel da experiência: longe de incorrer em pura metafísica a respeito da possibilidade da existência de povos ateus, o filósofo de Carla abre o campo da

discussão valendo-se de mais elementos, uma vez que toda uma literatura surgida oriunda da observação *in loco* desse fenômeno lhe permite mostrar que nunca foi consensual no decorrer dos tempos o reconhecimento da existência de um deus.⁶¹

Bayle afirma que se faz necessária uma boa informação a respeito de como a religião surgiu e se instaurou em uma nação, pois se o argumento do *consensus universalis* almeja obter algum êxito, é necessário “saber de que maneira a religião começou em cada uma delas, ou se ela é tão antiga quanto à própria nação.”(OD III[CPD], p. 207b). Segundo Bayle, comparando as duas possibilidades, a prova sendo melhor no concernente ao último caso, isto é, se o surgimento de uma religião foi coexistente com o surgimento de um povo, daí surgiria uma outra questão, a saber: “A religião foi abraçada sem nenhum exame, ou com um exame severo de seus motivos de credibilidade?”(Id. *Ibid.*) Uma religião, por mais falsa que ela seja e sendo transmitida de geração a geração sem nada que o impeça, é aqui que Bayle desfecha um duro golpe na concepção naturalista da religião. O único meio de propagar uma religião é por meio da educação, seja somente em relação a uma pessoa, seja em relação a diversas:

Sabemos bem que uma religião, por mais falsa que ela seja, passa dos pais aos filhos sem nenhum obstáculo, & que ela se comunica pela via da educação tão facilmente a mil pessoas como a uma: de modo que a educação é o único meio de propagá-la, a razão pela qual uma religião só tem cem mil Sectários, enquanto outra tem aí duzentos mil, é unicamente que existiram menos crianças nesta do que naquela (OD III[CPD], pp. 207b-208a).

Se a religião nunca foi parte constituinte da natureza humana, então seu surgimento se deu externamente, isto é, uma vez disseminados preceitos religiosos mediante uma pedagogia que, desde o berço, visava a ensinar a suposta necessidade da noção de uma divindade e da utilidade de fazer parte de uma doutrina. A educação tendo um papel fundamental nesse processo, não teve muitas dificuldades em trazer para o seio da religião uma multiplicidade de adoradores, pois moldava seus futuros adeptos desde seu estágio inicial, quando os mesmos ainda estavam em seu processo de formação, sendo frágeis alvos de uma pedagogia enviesada. Contudo, se a educação é a instância formadora religiosamente falando da opinião geral, é também o instrumento que permitiu que fosse utilizada uma lógica do constrangimento contra a cultura de outros povos, amparada em conversões forçadas e a imposição do abandono de cultos e ritos contrários à religião dominante. Em outros termos,

⁶¹ É o argumento de Delpla: “A existência de povos ateus ou religiosos é um problema de indução e não de dedução. Daí o apelo à experiência dos defensores dos povos ateus. Este método indutivo manifesta que a sociedade de ateus não é uma simples experiência de pensamento, uma hipótese puramente lógica e dedutiva, mas que ela é também uma possibilidade antropológica e empírica que requer prestar atenção aos relatos de viagens e a encarnação desta conjectura” (1999, p. 136).

Bayle quer dizer um consentimento forçado da parte de outros povos a uma determinada doutrina jamais poderá ser um critério consistente a favor da validade de tal consentimento. Tampouco a adesão de inúmeros devotos a uma religião dominante também o será, pois se os filhos dos conversores estão persuadidos do peso de um dogma, tal persuasão está deveras longe de ser sinônimo de verdade. Em suma, a persuasão confundida com a obstinação é o resultado direto de um processo educacional contínuo que se espalha e se acentua por meio da barbárie, estando nos vetores contrários do esclarecimento e da autonomia tanto intelectual quanto moral.

Nesse sentido, Bayle aponta para a necessidade de se informar se existiram pessoas que negaram a existência de um deus. O filósofo de Carla não se esquivava da dificuldade, entendendo que a tarefa estaria incompleta, pois além de investigar como foi necessária a crença de todos os povos em uma divindade, “restaria ainda examinar se alguém ocasionalmente negou esta existência.” (OD III[CPD], p. 208a). Os dados necessários para auxiliar tal investigação seriam de diversas ordens: o número desses ateus⁶², se eram pessoas esclarecidas, se eram punidos por sua postura. Se a negação ateia ocorre em um duplo aspecto, a saber, a negação tanto da existência de uma divindade como da existência de uma providência divina, daí urge a necessidade de saber se em outras nações existiram pessoas que tinham essa visão de mundo dessacralizada:

Dever-se-ia então buscar se em cada um dos outros povos tiveram tais exemplos; porque sem essas informações não se poderia dar ao consentimento geral seu justo peso; aí lhe deram muito, visto que aí não se rebatia o que lhe privam as exceções particulares. Se essas perquisições contêm muito trabalho & muitas dificuldades, não se encontraria pouco menos em colocar na balança a autoridade do maior número & a do menor. Não se poderia servir-se da proporção aritmética, como na justiça comutativa; seria preciso recorrer à proporção geométrica, como na justiça distributiva. Nada seria mais enganador do que deferir tudo sobre matérias filosóficas à opinião de um camponês em vez das de um filósofo (*Id. Ibid.*, p. 208b).

O exemplo dado da existência de ateus na Antiguidade⁶³ seria o ponto de partida para a busca de outros exemplos em épocas posteriores, pois como Bayle indica, na ausência dessas informações, fica comprometido o argumento do consentimento universal. As exceções à regra de uma opinião geral permitem refletir as possibilidades da presença do

⁶² O próprio padre Mersenne fez esse levantamento. Ele estimava que existia 60000 ateus na França e 50000 somente em Paris. Ver sua *Correspondance*, I, p. 131.

⁶³ Como Diágoras de Melos, por exemplo. Dediquei um artigo somente ao verbete dedicado a ele escrito por Bayle no *DHC*. Cf.: PRIMO, Marcelo de Sant’Anna Alves. “Pierre Bayle e o ateísmo virtuoso: algumas reflexões sobre o verbete ‘Diágoras de Melos’ do *Dictionnaire historique et critique*”, in: *PROMETEUS*, ano 11, número 26, Janeiro-Maio/2018, p. 193-207. Disponível em: <file:///C:/Users/Marcelo%20Santana/Downloads/5469-Article%20Text-24573-1-10-20180313.pdf>

ateísmo em determinados círculos políticos e sociais, a despeito das sanções legislativas que são voltadas para conter e punir toda e qualquer forma de descrença. Se Bayle mais uma vez restringe a poucos a capacidade de levantar e refletir sobre uma questão filosófica, no caso, a existência de ateus, é preciso levar em conta os critérios que em um debate são exigidos: se há a necessidade de um exame minucioso, seja por meio das viagens ou pela leitura dos relatos de autores que foram às mais longínquas terras e constataram que nem sempre religião e sociedade formam um par necessário, não será pelo sufrágio da maioria que uma investigação mais cuidadosa da questão será possível. Assim, a leitura dos diários e relatos de viagem feita por Bayle é contra generalizações perniciosas e dogmáticas, apontando para a diversidade de crença existente nos povos recém-descobertos na Modernidade. Segundo Charnley, “o grande número de páginas de referências dado por Bayle indica que ele pretende impressionar o leitor com o peso das evidências disponíveis, trabalhando na *Continuation des Pensées diverses* o enorme número de exemplos para apoiar o que ele está dizendo. Ao mesmo tempo, ele insiste que generalizações podem ser perigosas e se esforça para mostrar que a diversidade é um fator importante” (1998, p. 132).

Finalmente, é possível perceber que bem distante de assimilar os *récits de Voyage* sem um olhar crítico que aceitasse piamente tudo o que foi pincelado dos povos ditos “selvagens”, Pierre Bayle vale-se desses escritos para questionar a veracidade do consentimento universal entre os povos sobre a existência dos deuses e de sua necessidade para a conservação das sociedades. Essas fontes literárias, históricas e antropológicas desempenharam um grande papel nos escritos de Bayle, exercendo uma inegável influência em seus argumentos heterodoxos, como o argumento em defesa de uma sociedade de ateus já traçado em seus *Pensées diverses sur la comète* em 1681 e de uma tolerância civil e mais ampla politicamente que englobasse os descrentes no *Commentaire Philosophique*, em 1686. Assim, os *récits* lhe permitiram ultrapassar a posição teórica em seus trabalhos anteriores para uma amparada em exemplos históricos posteriormente. Através deles, Bayle conseguiu não somente aventar a possibilidade de outros tipos e formas de sociedades dessacralizadas mas de mostrar a diversidade dos povos seja em relação às crenças heterodoxas, seja em relação à descrença.

Referências bibliográficas

BAYLE, Pierre. *Œuvres diverses*. La Haye: Compagnie des Librairies, 1737, 4 tomes [Paris: Hachette BnF, 2012.]

_____. *Continuation des pensées diverses, écrites a un Docteur de Sorbonne, à l'occasion de la Comète qui parut au mois de Décembre de 1680 ou Réponse a plusieurs difficultez que Monsieur *** a proposées à l'Auteur*. Amsterdam: Herman Uytwerf, tome II, s.d.p. (versão fac-símile).

_____. *Réponse aux questions d'un provincial*. Rotterdam: Reinier Leers, 1703 (versão fac-símile).

CHARNLEY, Joy. *Pierre Bayle: Reader of travel literature*. Bern: Peter Lang, 1998.

DELPLA, Isabelle. “Bayle- Le paradoxe de l'athée citoyen”. In: CATTI, N; JAFFRO, L.; PETIT, A.(éd.) *Figures du théologico-politique*. Paris: Vrin, 1999, p. 117-147.

HAZARD, Paul. *La crise de la conscience européenne*. Paris: Fayard, 1961.

MORI, Gianluca. *Bayle philosophe*. Paris: Honoré Champion, 1999.

PRIMO, Marcelo de Sant'Anna Alves. “Pierre Bayle e o ateísmo virtuoso: algumas reflexões sobre o verbete ‘Diágoras de Melos’ do *Dictionnaire historique et critique*”, in: *PROMETEUS*, ano 11, número 26, Janeiro-Maio/2018, p. 193-207.

RACAULT, Jean-Michel. “Voyages et utopies”, in: DEMON, Jean- Charles/DELON, Michel. *Histoire de la France littéraire: classicismes XVIIe et XVIIIe*. Paris: PUF, 2006.